



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

O PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA TERESA CRISTINA LINS DE SOUZA COSTA

SALATIEL BRAGA TRAJANO JUNIOR
JAVAN SAMI ARAÚJO DOS SANTOS
PATRICIA FERREIRA DE MAGALHÃES

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

RESUMO Este artigo objetiva relatar como ocorreu o processo de atualização do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Básica Teresa Cristina Lins de Souza Costa, mostrando suas dificuldades, entraves, e a importância do Conselho Escolar na mobilização da participação de toda a comunidade escolar e local, uma vez que, ele é um sustentáculo deste processo de atualização. Serão observados os impactos no cotidiano escolar, ou seja, se esta prática de construção coletiva trouxe um renovo na concepção de todos os atores envolvidos neste processo, pois, a escola localiza-se no bairro da Mata do Rolo, no município de Rio Largo/AL, onde habitam as vítimas de uma enchente. Seu último Projeto Político Pedagógico era do tempo da cheia na cidade, ainda contendo as marcas da tragédia e estando, até antes desse processo, desatualizado. **Palavras-chave:** Relato de experiência. Projeto Político Pedagógico. Conselho escolar. Participação democrática. **RESUMEN** Este artículo tiene como objetivo describir cómo fue el proceso de actualización del Proyecto Político Pedagógico de la Escuela de Educación Básica Teresa Cristina Lins de Souza Costa, mostrando sus dificultades, obstáculos, y la importancia de la Junta Escolar en la movilización de la participación de toda la comunidad escolar y local, ya que es uno de los pilares de este proceso de actualización. Se observaron los impactos en la vida cotidiana de la escuela, es decir, si la práctica de construcción colectiva trajo una rama en el diseño de todos los actores involucrados en este proceso, porque la escuela se encuentra en rollo Bosque en la ciudad de Río Largo/AL, el hogar de las víctimas de una inundación. Su último

Proyecto Político Pedagógico era a tiempo de las huellas en la ciudad, que contiene todavía de la tragedia y el ser, incluso antes de este proceso, obsoleta. **Palabras clave:** Relato de Experiencia. Proyecto Político Pedagógico. La Junta Escolar. La Participación Democrática.

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência em forma de artigo, objetiva compreender a importância do Conselho Escolar (CE), no processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Educação Básica Teresa Cristina Lins de Souza Costa, situada no bairro Mata do Rolo, no município de Rio Largo, Alagoas; assim como, relatar como ocorreu o processo de atualização do PPP da escola, levantando dados e informações educacionais sobre a mesma e seu CE, a saber: quantos alunos existem, composição do quadro de funcionários da escola e sua estrutura física, se o CE existe e está ativo, quem participou desta construção/atualização, quanto tempo durou esse processo, além de analisar o PPP da escola, para identificar se o CE está inserido nele.

A motivação para este relato de experiência, incluindo o CE como objeto de análise na construção do PPP, surgiu a partir da compreensão da importância deste colegiado, como agente ativo neste processo, tendo como uma de suas funções a mobilizadora, na qual, possui o papel de, como o próprio nome já diz, mobilizar tanto a comunidade escolar, quanto a local, para participarem ativamente dos planejamentos e ações realizadas pela escola. Dessa forma,

o colegiado pode, então, ser caracterizado como um órgão coletivo de decisões, capaz de superar a prática do individualismo e do grupismo, instalando-se como uma instituição eminentemente política, na medida em que agrega de cada um dos setores (escola e comunidade) os seus interesses específicos, que devem ser unificados em prol do projeto da escola (ABRANCHES, 2006, p.56).

A Escola Teresa Cristina, está situada em uma comunidade denominada Casas Novas, que é um local construído prioritariamente para as vítimas da enchente que devastou o município de Rio Largo no ano de 2010. Tal comunidade é carente de inúmeros bens e serviços públicos, sendo considerada uma área de risco pela falta de políticas públicas e violência que diariamente a assola.

A fim de facilitar a compreensão do contexto na qual a escola está inserida, faz-se necessário expormos a realidade socioeducativa tanto em âmbito estadual, quanto na esfera municipal, para que a partir deste entendimento, identifiquemos a conjuntura educacional que permeia as práticas e ações da escola, uma vez que, o estado de Alagoas, e conseqüentemente, o município de Rio

Largo, possuem um dos piores índices na educação em suas respectivas esferas administrativas.

Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica qualitativa, *elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos, e atualmente com material disponibilizado na internet* (SILVA, 2005), dando, dessa forma, fundamentação teórico-conceitual na elaboração deste trabalho, além de serem coletados dados estatísticos referentes aos índices de alunos matriculados, que foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Largo - SEMED/RL. Foi aplicado também um questionário com os membros da comunidade escolar e local, a fim de coletarmos informações sobre o processo de atualização/construção do PPP.

Portanto, concluímos este artigo com as considerações sobre este importante momento democrático vivenciado pela escola, da mesma forma que exporemos se houve algum impacto no cotidiano escolar, identificando se esta prática de construção coletiva trouxe um renovo na concepção de todos os atores envolvidos neste processo. **1 CONJUNTURAS EDUCACIONAIS EM ALAGOAS E NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO: compreendendo onde a escola está inserida**

1.1 Conjuntura alagoana

Alagoas é um estado com proporções territoriais pequenas, mas, com grandes problemas em diversos âmbitos sociais como saúde, segurança, habitação, emprego, renda, saneamento básico e educação. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Alagoas possui o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do país (IDH-M), com uma nota de 0,631, em uma escala de 0 a 1[1].

Os resultados educacionais em Alagoas nos mostram uma situação alarmante, de acordo com a Síntese de Indicadores 2011 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, que objetiva fazer um levantamento de dados para o estudo socioeconômico brasileiro, Alagoas é o Estado com o maior número de analfabetos do país, possuindo 21,8% de seus habitantes com 15 anos ou mais sem saber ler nem escrever[2].

No Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), o desempenho de Alagoas também não foi satisfatório, entre todos os entes federados, o estado ficou em último lugar nas três áreas pesquisadas pelo programa – Ciências, Leitura e Matemática. Os alunos atingiram 342 pontos na prova de matemática, 355 pontos na prova de leitura e 346 pontos na prova de ciências, bem abaixo da média do país que é de 410 em leitura, 405 em ciências e 391 em matemática[3].

Outro importante dado educacional é referente à redução no número de alunos matriculados na rede estadual de ensino em 2014, segundo o Ministério da Educação – MEC, neste ano, 163.771

alunos realizaram suas matrículas nas escolas de zona urbana e 9.110 alunos nas escolas da zona rural, o que dá um total de 172.881 alunos; já no ano de 2013, 197.088 alunos se matricularam nas escolas urbanas do Estado, enquanto 10.018 alunos fizeram suas matrículas nas escolas rurais, totalizando 207.106 matriculados em toda a rede estadual.

Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) confirmam a situação deplorável em que se encontra o Estado de Alagoas, este importante indicador, que mede a qualidade do ensino nos estados e municípios, apontou que a rede estadual pública de Alagoas, em 2013, ano do último resultado deste índice, teve a segunda pior nota (3,7) dentre os alunos do 5º ano, a pior nota (2,7), junto com Sergipe, dentre os alunos do 9º ano e a pior nota (2,6) dentre os alunos do 3º ano do Ensino Médio. **1.2 Conjuntura rio-larguense**

Se a realidade educacional alagoana não é boa, a do município de Rio Largo não fica muito distante. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2015, a cidade possui uma população aproximada de 75.645 mil munícipes[4], sendo a terceira maior demografia do Estado de Alagoas, perdendo apenas para a capital, Maceió, e a maior cidade do agreste, Arapiraca. Em contrapartida, possui um dos menores IDH do país, ocupando a 3234ª posição nacional, com um índice de 0,643[5].

No tocante a educação, a Lei Municipal de nº 1.616, de 07 de outubro de 2011, instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Rio Largo, disciplinando a educação escolar e promovendo a autonomia da escola e a participação efetiva dos seus agentes na gestão municipal de ensino (RIO LARGO, 2011, p. 01). De acordo com o último censo escolar, realizado em 2015, o município possui 12.299 alunos, distribuídos em 34 escolas, que ofertam as etapas educacionais da Educação Infantil (com creche e pré-escola), Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais, além das modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação Ambiental.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - apontou para uma realidade educacional preocupante no município de Rio Largo, visto que as metas projetadas para o ano de 2013, tanto do Ensino Fundamental Anos Iniciais, quanto dos Anos Finais, não foram alcançadas. A meta projetada da primeira era de 4.1, o município teve uma média de 3.7; e a da segunda, que visava um índice de 3.3, obteve-se 2.6[6].

Dos 102 municípios alagoanos, Rio Largo ficou na 35ª posição no IDEB dos Anos Iniciais e amargou a 65ª posição do Ensino Fundamental Anos Finais. Problemas como a carência de professores, bem como, déficit em sua valorização profissional e formação continuada, falta de transporte escolar, merenda, condições de infraestrutura das escolas e a instabilidade política que permeia o município[7], contribuem diretamente e de forma negativa para mudar esse cenário

educacional que assola Rio Largo.

O município instituiu a gestão democrática em 1990, através da Lei Orgânica Municipal, recebendo em 2011 a Emenda à Lei Orgânica Municipal de número 15/2011, na qual, mantém em seu octogésimo artigo, parágrafo primeiro, inciso sexto, que o ensino público do município será ministrado com base no princípio da gestão democrática (RIO LARGO, 2001, p. 01), atualizando-a após a obrigatoriedade presente na meta 19 do Plano Municipal de Educação (PME).

Há eleição para escolha dos gestores escolares e o Conselho Escolar está constituído em todas as escolas da rede, embora, em algumas escolas, o CE esteja com o mandato não vigente e passando por um período de eleição, como a Escola Teresa Cristina, que é uma das instituições que estão no processo de pleito para a escolha dos novos membros do Conselho. **2 O CONSELHO ESCOLAR E SUA FUNÇÃO PEDAGÓGICA: Protagonismo na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP)**

A gestão democrática não é só um princípio pedagógico, é também um preceito constitucional (GADOTTI, 2014), dessa forma, a constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, determina como um dos princípios basilares pelos quais o ensino será ministrado, a gestão democrática do ensino público (BRASIL, 2006).

O Estado de Alagoas, baseado neste princípio basilar, estabeleceu através da lei de número 6.661, de 28 de dezembro de 2005, a criação dos Conselhos Escolares, sob a forma de sociedade civil, nas unidades de educação básica da rede estadual de ensino, de modo que, estes conselhos, conforme dita o artigo 3º, *funcionem como instrumentos de facilitação no processo coletivo de integração da sociedade na administração, fiscalização e execução das ações e práticas educacionais (ALAGOAS, 2005, p. 01).*

Com a obrigatoriedade da gestão democrática na escola, surge a necessidade da mudança da forma como ela é vista, ou seja, sua concepção, assim como de sua gestão, já que toda a comunidade escolar se torna coparticipe deste processo de gerenciamento e de suas práticas educacionais, tendo importante papel em seu planejamento, avaliação e implantação de ações e metas, criando *órgãos de gestão que garantam, por um lado, a representatividade e, por outro, a continuidade e conseqüentemente a legitimidade (VEIGA, 2001).*

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um importante documento norteador que possui os elementos necessários para que haja o planejamento organizacional dos espaços escolares e curricular, detalhando o histórico da instituição, sua identificação, os processos de avaliação e metas relativas à estrutura escolar, além de poder discriminar conteúdos e metodologias. A lei

garante a construção do PPP escolar, de modo que todas as escolas, sejam elas da rede pública ou privada, devem possuí-lo e colocá-lo a disposição de qualquer cidadão que almeje o conhecer.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96), em seu artigo décimo segundo, "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica". Além de, segundo o artigo décimo terceiro, "definirem as incumbências docentes com relação ao projeto pedagógico: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino" e da "I - participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola", como nos mostra o artigo 14º.

Dessa forma, Veiga (2007), ao discorrer sobre o que preza a LDBEN, nos diz que:

Os dois princípios definidos de gestão democrática de ensino público ratificam o Inciso VI do art. 206 da Constituição Federal. A participação dos professores e especialistas na elaboração do projeto pedagógico da escola e o conagraçamento funcionam como balizamento da dimensão utópica da gestão democrática no âmbito das instituições públicas. Nesta perspectiva, as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos da escola e destes com a comunidade (VEIGA, 2007, p. 02).

O PPP é a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, em suas especificidades, níveis e modalidades (SANTOS, 2013), ou seja, é o planejamento do que queremos fazer e realizar na escola, propiciando uma constante vivência com a democratização para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania, estabelecendo uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

Não se pode imaginar que a construção deste documento seja uma ação que compete exclusivamente aos pedagogos ou demais licenciados que atuam como diretores escolares ou coordenadores, mas também, e necessariamente, na docência, mobilizando e proporcionando espaços para estimular a politização dos alunos, através da aprendizagem crítica e reflexiva na participação das tomadas de decisão juntamente com toda a comunidade escolar e local, como os pais e técnicos escolares (secretários escolares, vigilantes, merendeiras, auxiliares de serviços gerais e de disciplina) (RIBEIRO, 2004, p. 53).

Sobre a efetivação da gestão democrática, a literatura nos mostra que existem vários mecanismos de decisão partilhada que tendem levar ao seu fortalecimento, como a criação de espaços para a

participação estudantil, a luta pela progressiva autonomia da escola e a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, mas, para isso é necessário que os profissionais da educação presentes na escola compreendam este novo paradigma de atuação, sabendo qual o seu real papel neste processo, bem como, a importância de uma escola democrática e autônoma, sendo preciso *esclarecer as competências que cada membro deve assumir, respeitando a existência de funções e níveis diferenciados na escola, pois todos devem ter espaço de participação* (CORDEIRO; SOUSA; ROCHA, 2009).

Nessa política de democratização à participação coletiva, o Conselho Escolar assume um importante papel, na medida, que é um espaço colegiado que engloba os mais diversos agentes da comunidade escolar, proporcionando, teoricamente, uma visão plural de todas as necessidades e demandas escolares, otimizando e contribuindo na construção e implementação de um espaço de debates, onde todos têm direito a voz e os conselheiros, a voz e voto.

Nesse contexto, o Conselho Escolar,

possui uma característica própria que lhe dá dimensão fundamental: ele se constitui uma forma colegiada da gestão democrática. Assim, a gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa e passa a ser uma gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, construir uma educação de qualidade e socialmente relevante. Com isso, divide-se o poder e as conseqüentes responsabilidades. Nesse contexto, o papel do Conselho Escolar é o de ser o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, não como instrumento de controle externo, como eventualmente ocorre, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola (BRASIL, 2006).

Portanto, a Escola Municipal de Educação Básica Teresa Cristina Lins de Souza Costa, articulou a construção do seu PPP com toda a comunidade escolar e local, primando pela construção coletiva e colaborativa entre todos. O Conselho Escolar, que na época se encontrava ativo e atuante[8], teve um papel fundamental nesta articulação, visto que dentre as suas várias funções, a mobilizadora se tornou evidente neste processo, conscientizando e chamando a todos para fazerem parte da construção de um documento forte, sólido e condizente com a realidade e missão da escola, pois, a participação coletiva através dos múltiplos olhares, *é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar* (LIBÂNEO, 2012, p. 450). **3 A**

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA TERESA CRISTINA COSTA E O PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

3.1 A escola

Situada no bairro Mata do Rolo, no município de Rio Largo, Alagoas, a escola atende a um público proveniente, em grande parte, da população que foi vítima da enchente ocorrida no município no ano de 2010, que após a migração territorial interna e local[9], formaram um complexo habitacional composto de vários conjuntos residenciais[10], conhecidos no próprio município pelo nome de “casas novas”.

Assim como os moradores do complexo habitacional, a escola também se localizava em outra região da cidade, mais especificamente no bairro Centro, e padeceu da mesma “sorte” deles, sendo do mesmo modo assolada pela enchente, mudando, conseqüentemente, toda a sua identidade escolar, a iniciar pelo seu nome, já que se chamava Escola Municipal de Educação Básica Marechal Deodoro da Fonseca.

Ao contrário da nova estrutura, a instalação anterior era precária, sendo uma construção antiga e em más condições de uso, o que afetava o rendimento dos funcionários e dos alunos, visto que o prédio não oferecia um espaço adequado para o funcionamento e utilização de todos os instrumentos, assim como, não permitia que determinadas atividades fossem realizadas.

Com a cheia do rio que margeia a cidade, a situação da escola agravou-se, já que as forças das águas levaram toda a documentação escolar, os recursos pedagógicos, midiáticos e os demais materiais necessários para o funcionamento da escola, além, de ter abalado e danificado a sua estrutura física, tornando o prédio interditado pela Defesa Civil até hoje.

O projeto estrutural da nova escola foi desenvolvido com o intuito de ser uma construção de execução rápida e com um custo financeiro reduzido. É um projeto arquitetônico do Governo Federal e seu modelo foi implantado em diversos municípios da Federação, principalmente aqueles com uma maior incidência de catástrofes naturais.

A nova instalação escolar dispõe de acomodações modernas e funcionais, possuindo em seu projeto original 01 laboratório de informática, 01 biblioteca, 06 salas de aula, 05 banheiros, 01 cozinha com dispensa e área de serviço, 01 sala para os professores, 01 almoxarifado e 01 sala para a direção, além de um espaço de 4.800 m² de terreno, onde os alunos podem realizar atividades físicas, ações de cunho pedagógico, facilitando dessa forma o processo de ensino aprendizagem e a realização de outras atividades.

No tocante a equipe profissional, a escola possui um quadro de pessoal com 18 servidores, tendo

01 merendeira para os dois turnos, 01 vigilante diurno, 03 auxiliares de serviços gerais, 02 secretários escolares, 01 auxiliar de disciplina, 07 professores, 01 coordenador pedagógico, 01 gestor principal e 01 adjunto. Como mencionado anteriormente, seu Conselho Escola está inativo.

3.2 O processo de atualização do PPP

O processo de atualização do Projeto Político Pedagógico da escola ocorreu de forma harmoniosa, no sentido de não ter havido conflitos no campo das ideias durante a sua fundamentação, contrariando Arroyo (2003, p. 173), quando afirma que o PPP da escola é *um projeto de pedagogo, de professor. Por isso provoca embates, resistências, divide grupos ou aproxima*.

Este processo de atualização partiu de um documento já existente, mas, totalmente desatualizado. Este antigo PPP ainda era da época da Escola Marechal Deodoro e foi um “sobrevivente” da cheia. Ainda estava com páginas amareladas da lama e não havia sido feito de forma digitalizada, mas sim manuscrita, contendo partes escritas a caneta de cor azul e outras da cor preta e continha também muitas fotos.

A partir deste momento, foi detectada a necessidade de uma urgente atualização do Projeto Político Pedagógico, que *deve ocorrer de acordo com as novas normas e legislações vigentes e, pela necessidade de qualificação e adequação do trabalho pedagógico às novas demandas educacionais* (MERCADO, 2011, p. 05). Mesmo compreendendo esta urgente necessidade, o atarefado cotidiano escolar não contribuiu para que o documento fosse discutido imediatamente e conseqüentemente, finalizado. Sendo iniciada a discussão no final de 2014 e findada a atualização apenas na primeira metade de 2015. Houve, ao longo do processo, oscilações no tocante a participação das comunidades escolar e local, principalmente no início, devido ao fato da não consciência da importância deste documento e do desconhecimento de como ocorreria tal atualização.

Os pais, mesmo sendo incentivados e esclarecidos pelo CE e pelos demais sujeitos da escola, tiveram uma grande dificuldade em contribuir no debate e na construção propriamente dita. Muitos alegavam vergonha em participar, por, segundo eles, não entenderem minimamente dos aspectos pedagógicos e educacionais, então, na avaliação de alguns deles, sua participação seria desnecessária. Nesse sentido,

os representantes da comunidade no colegiado, na sua maioria, demonstram insegurança no momento das discussões; geralmente, os pais falam pouco e expressam suas opiniões por gestos como acenos de cabeça, expressões de desgosto, cabeça baixa ou atitudes de dispersão e

desinteresse, revelando a concordância ou não com os assuntos arrolados. Outros se destacam, colocando suas posições e conselhos, mas, ao longo da reunião, também recuam, quando o restante do grupo da comunidade não se posiciona (ABRANCHES, 2006, p.72).

Este posicionamento fez com que a comunidade escolar atentasse para uma situação contrastante, pois alguns pais eram bastante participativos, tentando dar um suporte às atividades relacionadas ao PPP; geralmente, esses pais são presentes na aprendizagem de seus filhos, dando, sempre que possível, um suporte emocional e pedagógico.

Por outro lado, aqueles pais que eram omissos e displicentes com a aprendizagem de seus filhos, nunca comparecendo a escola para saber qual o rendimento de seu filho e seu comportamento, não contribuíram em nada para a atualização do documento; se quer se interessaram em saber do que se tratava. A esse respeito, Nascimento e Marques (2012, p. 73) afirmam que a *participação da família ainda se dá de forma insuficiente e/ou limitada em boa parte dos estabelecimentos de ensino, apesar do desenvolvimento de programas governamentais que visam o fortalecimento da participação.*

Dentre a comunidade escolar, os mais participativos foram os docentes e a equipe gestora (gestores escolares [titular e adjunto] e os coordenadores pedagógicos), talvez por terem um conhecimento pedagógico maior e compreenderem um pouco mais da importância do PPP para a escola. Quando analisada as respostas do questionário aplicado, observa-se que os 06 docentes que responderam ao instrumento consideram o PPP muito importante para a escola e que já haviam participado de outros momentos de construção em outras escolas ou na própria Teresa Cristina. Respostas semelhantes a estas deram as 02 gestoras (principal e adjunta). A coordenadora pedagógica, só diferiu no fato de nunca haver tido participado de um momento de construção/atualização do PPP, mas também considera esse momento e documento muito importante.

Outra hipótese para justificar essa participação mais efetiva destes segmentos da comunidade escolar, deve-se ao fato de que a *articulação entre o currículo, o projeto da escola e o projeto pedagógico afetam, diretamente, a forma de gestão e, principalmente, a forma de organização do trabalho docente e as condições de trabalho* (HYPOLITO, 2014, p. 12), logo, interfere diretamente nas práticas e no cotidiano escolar destes profissionais.

Dos funcionários que dão suporte administrativo, os que tiveram uma participação mais efetiva foram os secretários escolares (que na Escola Teresa Cristina são dois, um por turno), estes contribuíram significativamente, principalmente na construção do marco referencial do PPP,

inclusive alegando no questionário - que foi aplicado com o objetivo de saber a avaliação do processo de atualização do Projeto por parte dos envolvidos - que consideram o PPP muito importante para a escola. Dos dois secretários, apenas um já havia participado desse processo anteriormente em outra escola.

Além destes, uma merendeira, um vigilante e duas auxiliares de serviços gerais também estavam sempre presentes nas reuniões, embora, poucos opinassem. Os demais funcionários se eximiram de participar, chegando a criar grande resistência e não se importando com o Projeto Político Pedagógico. Em determinadas ocasiões assemelharam-se a alguns pais, insinuando que sua participação seria desnecessária.

Essa atitude deles foi externada no questionário, onde alegaram unanimemente que o PPP é importante para a escola, mas declararam que não participaram de sua construção, tampouco perceberam mudanças no aspecto pedagógico da escola. Um fato curioso foi o de que todos os funcionários que dão suporte pedagógico que participaram relataram que o processo de atualização fez com que refletissem suas práticas, talvez devido ao que foi abordado logo nas primeiras reuniões na qual participaram.

O CE teve um importante papel nesta atualização, mobilizando os entes e articulando as reuniões, elaborando um cronograma de reuniões e atividades que de maneira satisfatória era cumprida. No tocante as reuniões, algumas eram canceladas por chocarem com outras ações previamente planejadas no calendário escolar. Elas aconteciam uma vez por semana (preferencialmente as sextas-feiras), em turnos alternados (uma semana era pela manhã, na outra pela tarde e assim, seguindo o cronograma estabelecido previamente, sempre aconteciam após o recreio das crianças, que, por sua vez, eram dispensadas para que os funcionários pudessem se dedicar ao projeto). A liberação das crianças acontecia após o intervalo por um motivo específico: caracterizava dia letivo, não tendo os funcionários que pagarem esse dia para cumprir os 200 dias letivos.

Em 2014 foram realizadas duas reuniões no mês de dezembro com o intuito de mobilizar, conscientizar e explicar para todos os envolvidos sobre a importância do PPP, o que é este documento, o que ele representava para a escola e qual a sua estrutura, além de persuadi-los para a necessidade de participação coletiva. Na avaliação dos que responderam ao questionário, estas reuniões foram importantes e o processo de construção variou entre satisfatório, bom e excelente.

A reunião voltada para a comunidade local não houve muita adesão, sendo poucos os pais que compareceram, já na da comunidade escolar, todos os funcionários do turno estavam presentes. No ano de 2015, as primeiras reuniões foram mais voltadas para o embasamento teórico e para a construção do documento. Tais encontros ocorreram com todos reunidos em uma sala de aula,

tendo o primeiro momento como fundamental, pois, além de retomar a discussão sobre a importância do processo de atualização do PPP e da participação de todos nesta ação, foram dadas nesta reunião os primeiros encaminhamentos, como definição de datas para os próximos encontros, estratégias de construção do PPP e solicitação para que os agentes envolvidos realizassem algumas pesquisas teóricas, que poderiam ser em livros ou na internet.

Como a escola possui diversos programas educacionais (Mais Educação, Escola Aberta, Programa Lagoa Viva, Programa Dinheiro Direto na Escola [PDDE]), foi solicitado que cada responsável por determinado programa colhesse informações sobre o mesmo (como histórico do programa, lei que o regulamenta, seu funcionamento, estrutura, público-alvo, dentre outras informações) para que fosse posto no PPP. Os demais segmentos também tiveram suas responsabilidades, os secretários escolares, por exemplo, ficaram na incumbência de realizar um levantamento sobre o quadro de funcionários da escola e de sua estrutura física. Já os professores, tiveram como tarefa trazer referenciais teóricos sobre as categorias avaliação, currículo, didática, interdisciplinaridade, dentre outros, além de trazer concepções sobre as etapas e modalidades de ensino ofertadas pela escola. Os pais e a comunidade local ficaram responsáveis por colher informações sobre a história do bairro na qual a escola estava inserida, assim como relatar os problemas que permeiam o seu entorno.

As duas reuniões subsequentes serviram para que as informações trazidas por cada segmento fossem socializadas e discutidas, recebendo alguma orientação sobre a necessidade de se complementar o material trazido se assim fosse preciso. Foram momentos riquíssimos, que auxiliaram na fundamentação teórica do documento, tendo várias informações compartilhadas e recebidas pelos presentes como algo novo, já que, o que era socializado não fazia parte das práticas ou responsabilidades diárias de todos.

Após estas reuniões, aconteceram durante os meses de março e abril, os momentos para a escrita do PPP. Foi um momento trabalhoso, no qual as informações compartilhadas e discutidas coletivamente tinham que ser sintetizadas e organizadas. Muitos dos que participaram do primeiro momento já não estavam mais envolvidos com tanto afinco, ficando a cargo da equipe pedagógica, praticamente, a tarefa. As metas, estratégias e ações pedagógicas também aconteceram neste segundo momento, possuindo apenas a participação dos acima citados.

Algumas intempéries surgiram ao longo do processo de produção escrita com o objetivo da atualização do documento, como o furto do notebook onde o PPP estava sendo digitado escrito, exigindo que o processo de escrita fosse iniciado do zero por falta de um backup. Esse reiniciar da escrita foi realizado no computador da escola, e já na metade da nova elaboração do PPP, o micro teve um problema técnico, precisando ser formatado, o que obrigou a escola a recomeçar pela

terceira vez a escrever o PPP.

Esta série de acontecimentos negativos frustrou e esfriou muitos dos envolvidos, chegando a surgir um dito na escola, que relacionava o PPP a uma maldição. O Conselho Escolar continuou tentando mobilizar os demais para concluírem o processo de atualização do PPP, mas, não obteve êxito.

O projeto político pedagógico da Escola Municipal de Educação Básica Teresa Cristina foi finalizado na primeira quinzena do mês de junho, escrito por poucas mãos, como a dos gestores, coordenadores e poucos docentes, embora, seu início de atualização tenha sido pensado, planejado e executado por muitas mentes.

CONCLUSÃO

Concluimos este artigo, com a impressão de que o processo de atualização do projeto político pedagógico da Escola Municipal de Educação Básica Teresa Cristina foi realizado com sucesso, visto que conseguiu, mesmo que em momentos distintos e com alguns problemas, mobilizar, através do Conselho Escolar a comunidade escolar e local em prol desta ação.

Houveram algumas dificuldades de participação, como a da comunidade do entorno da escola, a falta de interesse do segmento pai e de alguns funcionários da escola e também problemas de caráter técnico operacional, que fugia da alçada da própria escola, como o furto do notebook e a necessidade de formatação do computador da escola, mas, estes problemas foram superados pela determinação de alguns agentes que se empenharam e persistiram neste processo de atualização, tendo sido avaliado pelos próprios entes como um momento importante e com um processo de construção que no geral, foi considerado bom.

O Conselho Escolar desempenhou bem sua função mobilizadora e pedagógica, chamando todos os sujeitos para participarem da construção coletiva do PPP e contribuindo nos debates e nas elaborações de propostas educacionais. É necessário que o CE intensifique suas ações de maneira constante e não apenas pontual, como no caso da atualização do documento na conclusão de cada ano letivo e em sua avaliação a cada dois anos. Acreditamos após essa experiência, que muito do desinteresse e resistência de alguns segmentos vem do fato de não serem sempre "convocados" para a construção coletiva, mas sim, apenas quando há alguma necessidade momentânea.

Dessa forma, ficamos com a certeza de que apenas com o envolvimento de todos os cidadãos nos espaços de tomadas de decisão, tanto na esfera educacional, quanto, nos demais âmbitos sociais é possível construir um projeto de escola com mais capilaridade, participativa e representativa, contribuindo com a emancipação dos sujeitos, com o fortalecimento da democracia e, conseqüentemente, com a construção de uma nação mais justa, igualitária e soberana.

Após a conclusão desse projeto, fica claro a importância de todos que fazem parte da comunidade escolar e local no planejamento e execução das ações da escola, não só do PPP, mas, de todas as atividades, sejam as pedagógicas ou as administrativas. Sem dúvida, houve um amadurecimento e crescimento intelectual e de relação interpessoal da maioria dos sujeitos escolares, alterando positivamente a concepção de todos em relação ao seu trabalho e de sua importância nos espaços de construção coletiva.

Enquanto gestor de uma escola pública municipal fica de aprendizado a compreensão da necessidade da construção coletiva, principalmente devido ao fato de estamos inseridos no bojo de uma gama de situações e atividades que é impossível centralizar na figura de uma única pessoa. O crescimento pessoal é inerente ao profissional, visto que gerenciar determinadas situações coletivas (como reuniões, escrita do documento e planejamento) exige sabedoria, paciência e determinação para fazer com que os objetivos, metas e estratégias que foram planejadas se concretizem e transforme a realidade da escola e da comunidade na qual ela está inserida.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. 2º ed. São Paulo, Cortez, 2006. (Coleção Questões de Nossa Época; 102).

ALAGOAS (Estado). **Lei nº 6.661, de 28 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a criação dos conselhos escolares, sob a forma desociedade civil, nas unidades de educação básica da rede estadual de ensino**. Palácio Marechal Floriano Peixoto, Maceió, 28 de dezembro de 2005, 117º da República. Publicado no Diário Oficial em 29/12/2005.

ARROYO, M.G. **Ofício do Mestre**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola** / elaboração Lauro Carlos Wittmann. [et. al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 2007.

CORDEIRO, Edna Maria; SOUSA, Claudineia Ribeiro de; e ROCHA, Jovina Benício Coelho. **Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas**. Ed. CRV, Campinas, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional.** 2014.

Disponível em:

<http://>

conae2014.mec.gov.br

[/images/pdf/artigogadotti_final.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf)

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Currículo e projeto político pedagógico: implicações na gestão e no trabalho docente.** Cadernos de Educação / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Ano XVIII, n.26, jan./jun. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirna SeabraToschi – 10. Ed. ver. E ampl. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta).

MERCADO, Elisângela. **Estágio supervisionado de gestão escolar no curso de pedagogia: proposta de atualização do Projeto Político Pedagógico da escola pública.** 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. São Paulo – SP. 2011.

NASCIMENTO, Priscila Ximenes Souza do; MARQUES, Luciana Rosa. **As interfaces da participação da família na gestão escolar.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE. V. 28, n. 1, p. 68-85, jan/abr. 2012.

RIBEIRO, Rose Mary. **Construção e aplicação do projeto político-pedagógico: a participação da comunidade escolar.** 2004. 141 páginas, dissertação de mestrado, Universidade Católica de Brasília.

RIO LARGO, Câmara de Vereadores. **Ementa à Lei Orgânica Municipal nº 15/2011.** Câmara de Vereadores do Município de Rio Largo. Rio Largo, Alagoas, 2011.

RIO LARGO, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.616 de 07 de outubro de 2011.** Prefeitura Municipal de Rio Largo. Rio Largo, Alagoas, 2011.

SANTOS, Javan Sami A. **A conjuntura da Gestão Escolar & EJA no Projeto Político Pedagógico em unidades de educacionais da rede pública municipal de Maceió/AL um tête-à-tête.** In: FLORÊNCIO, Ana Maria G.; DIÓGENES, Elione Maria N.; CAVALCANTE, Maria do Socorro A. O.. Políticas Públicas e Estado Capitalista: diferentes olhares e discursos circulantes. 1ª ed. Maceió: EDUFAL, 2013. (p.179-197).

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico, conselho escolar e conselho de classe: instrumentos da organização do trabalho**. Porto Alegre, RS, Brasil. Cadernos Anpae, nº 4, 2007.

VEIGA, I. P. A., e RESENDE, L. M. G. de (2001): **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 5ª ed. Campinas, SP: Papyrus.

[1] Este dado é referente ao último levantamento no Brasil, no ano de 2010 e está disponível em:

<http://>

[www.](http://www.pnud.org.br)

[pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

[/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.asp](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.asp)

x [2] Estas Informações estão disponíveis em: <http://>

[www.](http://www.ibge.gov.br)

[ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_microdados.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_microdados.shtm) [3]

Disponível em:

<http://>

portal.inep.gov.br

[/internacional-novo-pisa-resultados](http://portal.inep.gov.br/internacional-novo-pisa-resultados) [4] Há um impasse no tocante a essa informação, pois, consultando algumas repartições da Prefeitura Municipal de Rio Largo, acredita-se que o município possua mais de 100.000 mil munícipes. A informação oficial, que é a do IBGE, está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://>

[cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)

[/xtras/perfil.php](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php)

?

[lang=&codmun=270770&search=alagoas|rio-largo](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270770&search=alagoas|rio-largo) [5] Informação disponível em: <http://>

[www.](http://www.pnud.org.br)

[pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)

[/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.asp](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.asp)

x [6] O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), fornece em seu site os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), estando disponível em: <http://>

[ideb.inep.gov.br](http://www.ideb.inep.gov.br)

/resultado/resultado/resultado.seam?

cid=8076906 [7] Em 2015, após inúmeras denúncias envolvendo o então prefeito Antônio Lins Filho, o Toninho Lins, houve uma alternância no Executivo entre o referido prefeito e a sua vice, Maria Eliza Alves. Esta rotatividade entre eles teve impacto no cargo máximo da SEMED/RL, o de secretário municipal de educação, que teve cinco nomes respondendo pela pasta neste mesmo ano. [8] A vigência do mandato dos Conselhos Escolares do município de Rio Largo se expirou em 01/01/2016. Até o termina da construção deste artigo ainda não foi realizada no município as novas eleições para a composição dos CE's. Tal pleito está marcado para o mês de maio. [9] Interna no sentido de que muitos cidadãos já eram moradores da própria cidade, migrando territorialmente apenas dentro das próprias demarcações rio-larguenses, mudando de um bairro localizado na parte baixa da cidade, para um na parte alta, buscando dessa forma fugir de outras enchentes. Já quando nos referimos a local, são aqueles cidadãos que saíram de cidades adjacentes, muitas vezes também assoladas pelas fortes chuvas, e vieram se instalar em Rio Largo, contribuindo de forma significativa para o aumento demográfico ocorrido de 2010 até hoje. [10] Este complexo habitacional é composto pelos residenciais: Francisco Tavares Granja, Governador Teotônio Vilela, José Carlos, Demorisvaldo e Jarbas Oiticica. Todos eles construídos a partir de políticas públicas habitacionais do Governo Federal.

*Mestrando em Educação (**CEDU/UFAL**), Pós-Graduado em Gestão Escolar (**CEDU/UFAL**) e Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Diretor Municipal de Ensino no município de Rio Largo. Também é funcionário efetivo da Secretaria Estadual de Educação (SEE), estando lotado na 12ª Gerência Regional de Educação (12º GERE) e sócio da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (**ANPAE/AL**). **Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (**CEDU/UFAL**), especialista em Estratégias Didáticas com o uso da TIC na Educação Básica (**UFAL**), em Conselhos Municipais de Educação (**UFBA**) e em Conselho Escolar (**UFRN**). Graduado em Pedagogia pelo Centro de Educação (**CEDU/UFAL**). É componente dos grupos de pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (**GEPE**) e Gestão e Avaliação Educacional (**GAE**). Atualmente está vice-diretor da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (**ANPAE/AL**) e Técnico em Gestão Democrática e Política Educacional na Secretaria Municipal de Rio Largo/AL – SEMED/RL. ***Mestranda em Educação (**CEDU/UFAL**) e Técnica em Assuntos Educacionais na Diretoria de Ensino da Secretaria Municipal de Rio Largo/AL – SEMED/RL.

Recebido em: 04/07/2016

Aprovado em: 05/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: